

Alfabetização e Letramento

A psicogênese da língua escrita a partir dos estudos de **Emília Ferreiro e Ana Teberosky** — da criança que copia à criança que pensa sobre a escrita.

INSTITUTO PREPARATÓRIO PARA PROFESSORES · Aula 2 — Agosto Especial PEIF SP · Profª. Ketiene Silva

RESUMO EXECUTIVO

Durante décadas, a alfabetização foi tratada como uma questão de **método**: bastava escolher entre o sintético (da parte para o todo) e o analítico (do todo para a parte) e aplicá-lo com disciplina. A pesquisa de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, sistematizada em *Psicogênese da Língua Escrita* (1979/1985), deslocou radicalmente essa pergunta: em vez de perguntar *como se ensina*, as autoras perguntaram *como a criança aprende*. A partir de uma matriz piagetiana, elas demonstraram que o aprendiz não é uma folha em branco esperando ser preenchida, mas um sujeito cognoscente que formula hipóteses, testa, erra produtivamente e reconstrói o sistema de escrita.

O eixo conceitual da aula é a distinção entre **codificar e criar**. Se a escrita for entendida apenas como um código de transcrição gráfica de unidades sonoras, alfabetizar se reduz a treinar a associação entre letra e som. Mas se a escrita é um **sistema de representação da linguagem** — construído historicamente pela humanidade e reconstruído individualmente por cada criança —, então alfabetizar é acompanhar um processo conceitual. A criança não decora o sistema: ela o *reinventa*, compreendendo suas regras de produção.

Essa mudança de olhar tem consequências metodológicas diretas. A **escrita espontânea** deixa de ser erro a ser corrigido e passa a ser o principal instrumento diagnóstico do professor; a **justificativa que a própria criança dá** sobre o que escreveu vale mais que o produto gráfico; e a análise da produção infantil precisa distinguir os **aspectos gráficos** (traço, espaçamento, orientação) dos **aspectos construtivos** (o que a criança quis representar e por quê). É nos aspectos construtivos que se lê o nível conceitual do aluno.

Por fim, o material articula a psicogênese com o conceito de **letramento**: não basta dominar a tecnologia da escrita, é preciso usá-la socialmente com sentido. Daí a ênfase na função social da escrita já na educação infantil, no reconhecimento de que a aprendizagem da leitura e da escrita **começa antes da escolarização**, e na recusa de qualquer cronologia rígida de aprendizagem. Este Estudo Dirigido organiza esses eixos em sete seções, com quadros comparativos, alertas sobre as pegadinhas mais recorrentes em prova e uma síntese final para memorização.

01. Contribuições dos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky

A pesquisa das autoras não propõe um **novo método** de alfabetização — e esse é o ponto mais cobrado e mais errado em provas. Trata-se de uma **teoria sobre como o sujeito aprende**, de base construtivista e piagetiana, que fornece ao professor uma lente para interpretar o que a criança faz. O método é uma decisão didática; a psicogênese é uma descrição do processo cognitivo.

1. Pesquisa com as justificativas da criança

A investigação se apoia nas explicações que as próprias crianças elaboram sobre suas escritas. O dado central não é o que está no papel, mas o raciocínio que o produziu.

2. Escrita espontânea e relação com o saber

Escrever "do seu jeito", sem modelo a copiar, revela a hipótese vigente. A escrita espontânea é instrumento de diagnóstico, não desvia a ser reprimido.

3. Mediação do professor

O docente intervém a partir da análise das etapas cognitivas em que o aluno se encontra — propondo conflitos e desafios ajustados ao nível real de compreensão.

4. Desenvolvimento cognitivo em etapas

Há uma sequência de reconstruções conceituais. A ordem das etapas é regular, mas o *tempo* de cada criança para percorrê-las não é padronizável.

Conceito-chave: sujeito cognoscente

A criança é um **sujeito ativo que constrói conhecimento**, e não um receptor passivo de informação. Ela chega à escola já pensando sobre a escrita, porque vive imersa numa cultura escrita. O erro, nessa perspectiva, é **construtivo**: é evidência de uma hipótese em funcionamento, não ausência de aprendizagem.

Pegadinha recorrente

Bancas costumam afirmar que "Ferreiro e Teberosky criaram o *método construtivista* de alfabetização". **Errado.** Não existe "método construtivista" nas obras das autoras; o construtivismo é uma *teoria do conhecimento*. Outra variação: atribuir a elas a defesa de que "não se deve ensinar nada, a criança aprende sozinha" — também falso, pois a **mediação docente é explicitamente valorizada**.

02. A representação da linguagem: codificar × criar

Toda prática de alfabetização carrega, explícita ou implicitamente, uma resposta à pergunta: **o que é a escrita?** Ferreiro e Teberosky demonstram que há duas concepções em disputa, e que elas conduzem a salas de aula completamente diferentes.

Critério	Escrita como CÓDIGO de transcrição	Escrita como SISTEMA DE REPRESENTAÇÃO
O que é a escrita	Transcrição gráfica das unidades sonoras da fala.	Sistema simbólico que representa a linguagem, com regras próprias de produção.
O que a criança faz	Adquire uma técnica: associa som a letra e treina.	Reconstrói (reinventa) o sistema, compreendendo seus princípios.
Natureza da aprendizagem	Perceptivo-motora e mecânica (discriminação visual e auditiva).	Conceitual e cognitiva (compreensão do que a escrita representa).
Papel do erro	Falha a ser corrigida e evitada por repetição.	Erro construtivo: pista da hipótese em elaboração.
Prática dominante	Cópia, cartilha, treino de prontidão, sequência fixa de letras.	Escrita espontânea, textos reais, situações com função social.

O argumento histórico

A invenção da escrita pela humanidade foi um **processo histórico de construção de um sistema de representação** — e não um processo de codificação de algo previamente dado. Se a espécie construiu, a criança também constrói. Esse paralelo entre *filogênese* (história da escrita) e *psicogênese* (percurso individual) é a base do raciocínio das autoras.

Como isso cai na prova

Enunciados que valorizam "**prontidão**", "**coordenação motora como pré-requisito**", "**treino perceptivo antes de escrever**" ou "**sequência única e obrigatória de apresentação das letras**" pertencem à concepção de escrita como código. Costumam ser a alternativa **incorreta** quando o comando pede a perspectiva de Ferreiro e Teberosky.

03. Aspectos gráficos e aspectos construtivos da escrita

Ao analisar a produção de uma criança, o professor precisa separar duas dimensões que a leitura apressada costuma confundir. É uma distinção operacional — e é o que permite ao docente sair do julgamento estético e entrar no diagnóstico conceitual.

Aspectos gráficos

Referem-se à **forma exterior** da produção: qualidade do traço, distribuição espacial das formas no papel, orientação predominante (esquerda-direita, cima-baixo), direção dos caracteres. É o que salta aos olhos primeiro — e é o que menos informa sobre o pensamento da criança.

Aspectos construtivos

Referem-se aos **meios utilizados pela criança para estabelecer diferenciações** entre as representações: quantas letras usa, quais varia, por que repete ou não repete, o que considera "suficiente" para que algo possa ser lido. É aqui que se lê o nível conceitual.

Atenção: a armadilha da "letra bonita"

Duas crianças podem ter traçado idêntico e estarem em **níveis conceituais completamente distintos**. Inversamente, uma criança com traçado irregular pode já ter compreendido o princípio alfabético. Avaliar alfabetização pelos aspectos gráficos é o erro clássico que a teoria denuncia — e a banca adora testar isso.

Implicação para a prática

É preciso **reanalisar as práticas de introdução da língua escrita**, examinando os pressupostos que estão por trás delas. Toda atividade proposta em sala responde a uma concepção de escrita — mesmo quando o professor não a explicita para si mesmo. A pergunta diagnóstica não é "está certo?", mas **"o que essa criança está pensando quando escreve assim?"**.

04. A escrita como objeto cultural e as propriedades dos sistemas simbólicos

A escrita não é um objeto escolar: é um **objeto cultural**, presente no mundo antes e fora da escola. A criança encontra rótulos, placas, embalagens, telas e livros muito antes da primeira aula — e já elabora hipóteses sobre eles. Compreender a escrita implica compreender as propriedades dos sistemas simbólicos.

1. A distinção do figurativo

A criança precisa diferenciar o que é **desenho** (representação figurativa, que guarda semelhança com o objeto) do que é **escrita** (representação simbólica, arbitrária). É uma das primeiras e mais decisivas conquistas.

2. Substantivos e artigos

Nas contraposições investigadas, as crianças identificam **rapidamente os substantivos** — palavras "cheias" de significado — e resistem a aceitar os **artigos** como escrita, por serem curtos e sem referente concreto.

3. A escrita é um processo investigativo

Escrever é investigar: a criança levanta hipóteses, submete-as ao confronto com a realidade da escrita convencional, entra em conflito cognitivo e reformula. O avanço vem justamente da **desestabilização de uma hipótese que deixou de dar conta** — e não da repetição de um modelo correto.

Hipóteses infantis relacionadas

- **Hipótese de quantidade mínima:** a criança julga que menos de duas ou três letras não pode ser lido ("não dá pra ler, é pouquinho").
- **Hipótese de variedade interna:** letras todas iguais (AAAA) não serviriam para representar nada legível.
- **Realismo nominal:** a criança supõe que o tamanho da palavra acompanha o tamanho do objeto — *boi* deveria ser escrito com mais letras que *formiguinha*.

Mnemônico — as duas exigências da criança pré-silábica

Q V — "QUANTAS e QUAIS"

Quantidade mínima (quantas letras?) + Variedade interna (quais letras, e elas variam?). Se a banca citar uma dessas exigências, você está diante do **nível pré-silábico**.

05. Alfabetização e letramento: processo, significado e diferenças

Os dois conceitos são **distintos, complementares e simultâneos**. Alfabetizar sem letrar produz quem decodifica sem compreender; letrar sem alfabetizar produz quem convive com o texto sem autonomia para produzi-lo. A expressão que sintetiza a articulação dos dois processos é **alfabetizar letrando**.

Dimensão	Alfabetização	Letramento
Definição	Aquisição da tecnologia da escrita: domínio do sistema alfabético e ortográfico.	Uso social e competente da leitura e da escrita em práticas reais.
Foco	O código e seu funcionamento (relação entre grafemas e fonemas).	As práticas, os gêneros textuais e as funções sociais.
Pergunta central	A pessoa sabe ler e escrever?	A pessoa usa a leitura e a escrita para viver em sociedade?
Início	Escolar, sistemático (mas com raízes anteriores).	Antes da escola e ao longo de toda a vida.
Evidência	Escreve o próprio nome, lê uma palavra nova.	Interpreta uma bula, escreve um bilhete, preenche um formulário.

As sete reflexões estruturantes da aula

1. Além do fonético

A escrita **não emerge somente das descobertas fonéticas**: envolve compreensão conceitual do que a escrita representa.

2. Escrever com sentido

Escrever precisa ser **significativo** — com destinatário, propósito e função reconhecíveis pela criança.

3. Respeitar o processo

Respeitar **todo o processo de escrita**, inclusive as fases em que a produção ainda não é convencional.

4. Processo > produto

Valorizar mais o **processo de aquisição** do que o resultado final da produção.

5. Criar ≠ reproduzir

Reproduzir é diferente de criar e de decifrar: as propriedades da linguagem vão além da experiência fonética.

6. Sem cronologia rígida

Não há uma forma única nem uma cronologia fixa para os desafios que as crianças enfrentam ao se alfabetizar.

7. A diferença como dado

É relevante **observar as diferenças nas aprendizagens** de cada criança. A heterogeneidade da turma não é obstáculo a ser eliminado: é informação pedagógica e condição de trabalho.

Pegadinha frequente

Afirmações do tipo "primeiro alfabetiza-se, depois inicia-se o letramento" ou "o letramento só ocorre após o domínio do código" são **incorretas**. Os processos são **simultâneos e indissociáveis**. Cuidado também com a confusão entre **letramento** (uso social) e **alfabetismo/analfabetismo funcional** (medida de proficiência) — são planos conceituais diferentes.

06. O processo de aquisição da língua escrita no contexto escolar

Três premissas organizam o olhar sobre a aquisição da escrita na escola:

1. O desenvolvimento da leitura e da escrita **inicia antes da escolarização** — a criança não chega vazia à sala de aula.
2. A aprendizagem está **atrelada à organização social**: o acesso desigual à cultura escrita produz pontos de partida desiguais, o que exige intervenção pedagógica intencional.
3. A **escrita silábica** marca a descoberta da relação com a **pauta sonora**: uma letra para cada sílaba emitida.

Os níveis da psicogênese da língua escrita

1. Pré-silábico

A escrita ainda **não representa a pauta sonora**. A criança usa garatujas, pseudoletas ou letras sem correspondência com os sons. Operam aqui a quantidade mínima, a variedade interna e o realismo nominal.

2. Silábico

Descoberta decisiva: **cada letra representa uma sílaba**. Pode ser *silábico sem valor sonoro* (qualquer letra serve) ou *silábico com valor sonoro convencional* (usa a vogal ou consoante que efetivamente ouve na sílaba).

3. Silábico-alfabético

Nível de **transição e conflito**: a criança oscila entre representar a sílaba e representar o fonema, ora omitindo letras, ora grafando a sílaba completa. É o momento de maior instabilidade — e de maior aprendizagem.

4. Alfabético

Compreensão do **princípio alfabético**: cada fonema corresponde, em regra, a uma letra. A criança já escreve alfabeticamente, embora ainda não domine as convenções ortográficas — e isso é esperado, não é falha.

Alfabético não é ortográfico

Atingir o nível alfabético **não significa escrever sem erros de ortografia**. A ortografia é uma convenção social que se aprende depois e ao longo de anos. Bancas exploram muito essa distinção — uma criança que escreve "CAZA" para casa já é alfabética.

Mnemônico — sequência dos níveis

PRÉ · SI · SIL-AL · AL

"**Pr**écisa **Si**labar até **Si**labar-**Al**go e enfim ficar **Al**fabético." A ordem é fixa; o tempo de cada criança, não.

07. O espaço da leitura e da escrita na educação pré-escolar

Na educação infantil não se trata de "antecipar a alfabetização" nem de "esperar a hora certa" com atividades de prontidão. Trata-se de **garantir a presença da cultura escrita** em situações significativas, respeitando as especificidades da infância e o direito de brincar.

1. Experiências e repertórios

Ampliar as **experiências e repertórios com a linguagem**: contação de histórias, leitura em voz alta pelo adulto, manuseio de portadores de texto, brincadeiras com a sonoridade das palavras.

2. Informações específicas

Oferecer **informações específicas** aos sujeitos: nomear letras, mostrar como se escreve, responder às perguntas da criança sobre a escrita. Informar não é impor — é mediar.

3. Funções primordiais no cotidiano

Explicitar as **funções da escrita no dia a dia**: lista de chamada, agenda, receita, bilhete aos responsáveis, calendário, rótulos dos pertences.

4. Função social da escrita

Fazer a criança compreender **para que serve escrever** — registrar, comunicar, lembrar, organizar, imaginar. Sem função social, a escrita vira exercício vazio.

Diálogo com a BNCC e o Currículo da Cidade (SP)

Na Educação Infantil, o campo de experiência "**Escuta, fala, pensamento e imaginação**" sustenta exatamente essas práticas. A alfabetização como foco sistemático se concentra nos **1º e 2º anos do Ensino Fundamental**, sem que isso signifique ausência de contato com a cultura escrita antes disso. Para o PEIF, essa articulação entre psicogênese, BNCC e Currículo da Cidade é campo fértil de questões.

Cuidado com os extremos

Duas alternativas costumam aparecer como distratoras: (a) a Educação Infantil deve **escolarizar-se e antecipar** o trabalho sistemático de alfabetização com cartilhas e cópias; (b) a Educação Infantil deve **proibir qualquer contato** com letras e escrita. **Ambas estão erradas.** O correto é a imersão em práticas de linguagem com função social, respeitando a especificidade da infância.

Síntese Final — Pontos-chave para memorização

1. **Psicogênese não é método.** É teoria sobre como o sujeito constrói o conhecimento da escrita — base construtivista/piagetiana.
2. **Escrita = sistema de representação**, não código de transcrição. A criança *reinventa* o sistema; não apenas o copia.
3. **Aspectos gráficos ≠ aspectos construtivos.** O diagnóstico do nível conceitual está nos construtivos, nunca na beleza do traço.
4. **Erro é construtivo.** Revela a hipótese vigente e é motor do avanço, não falha a ser punida.
5. **Quatro níveis:** pré-silábico → silábico (sem/com valor sonoro) → silábico-alfabético → alfabético. Ordem fixa, ritmo individual.
6. **Alfabético ≠ ortográfico.** Compreender o princípio alfabético não elimina erros de ortografia.
7. **Alfabetização e letramento são simultâneos.** A síntese é *alfabetizar letrando*.
8. **A aprendizagem começa antes da escola** e está atrelada à organização social — daí a exigência de intervenção pedagógica intencional.
9. **Escrita espontânea é instrumento diagnóstico**, e a justificativa da criança vale mais que o produto gráfico.
10. **Na Educação Infantil**, o eixo é a função social da escrita em práticas significativas — nem antecipação escolarizante, nem proibição.

Mnemônico geral da aula

C · R · E · S · E

Criar (não codificar) · **R**epresentação (não transcrição) · **E**rro construtivo · **S**ujeito cognoscente · **E**spontânea (escrita como diagnóstico).

Se a alternativa contraria qualquer letra do CRESE, ela contraria Ferreiro e Teberosky.

Palavra-chave da aula

LETRAMENTO

Instituto Preparatório para Professores

Estudo Dirigido — Alfabetização e Letramento · Psicogênese da Língua Escrita
Preparação para Concursos Públicos · PEIF/2026 — Prefeitura de São Paulo